COMARCA DE GARANHUNS/PE
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE GARANHUNS/PE
EDITAL PARA CADASTRAMENTO DE ENTIDADES COM DESTINAÇÃO SOCIAL.

Edital n. 01/2024 – Referente ao exercício de 2024

A Excelentíssima Dra. Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas, Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal de Garanhuns/PE, em virtude da lei, etc...

CONSIDERANDO o disposto no Provimento nº 06/2013 da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, combinado com a Resolução nº 101/2009 e o teor da Resolução nº 154/2012, ambas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que dispõem sobre a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos das medidas e penas de prestação pecuniária,

FAZ SABER, pelo presente Edital, e torna pública a **ABERTURA DE PRAZO PARA SELEÇÃO DE ENTIDADES A SEREM BENEFICIADAS EM VIRTUDE DE PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS** decorrentes das penas e medidas provenientes dos processos/procedimentos do Juizado Especial Criminal de Garanhuns/PE:

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Edital tem por objeto:

- a) Cadastramento de entidades privadas com finalidade social, que desejem receber verbas decorrentes de prestação pecuniária fixada em procedimentos/processos criminais do Juizado Especial Criminal de Garanhuns;
- b) Seleção e cadastramento de projetos de relevante e significativa extensão social, ou relacionados às atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social.

Parágrafo único: É vedada a destinação de recursos:

- a) a promoção pessoal de integrantes das entidades beneficiárias e para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;
- b) para fins político-partidários;
- c) a entidades que não estejam regularmente constituídas, de forma a impedir a responsabilização caso haja desvio de finalidade.

2. DO CADASTRAMENTO:

2.1. A entidade deverá requerer seu cadastro junto à Secretaria do Juizado Especial Criminal de Garanhuns/ PE, **EXCLUSIVAMENTE via e-mail** (edital.juizadocriminal.garanhuns@gmail.com), instruindo-o com os seguintes documentos:

- a) fotocópia legível do estatuto social ou contrato social atualizado e seu registro em cartório;
- b) fotocópia da ata de eleição da atual diretoria ou do ato de nomeação de seu diretor;
- c) fotocópia do RG e CPF dos integrantes do quadro de diretores, sócios ou administradores;
- d) certificado do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- e) dados bancários com indicação do CNPJ;
- f) comprovantes de regularidade fiscal junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;
- g) certificado de regular funcionamento emitido pelo Conselho Municipal, que regula a área de atuação da entidade;
- h) Apresentação do e-mail da instituição e do número do telefone;
- i) apresentação de projeto na área de sua respectiva atuação.

Parágrafo único. O modelo de requerimento de cadastro, que tem natureza facultativa, poderá ser solicitado via e-mail à Secretaria do Juizado Especial Criminal de Garanhuns. A solicitação deverá ser encaminhada para o seguinte e-mail: edital.juizadocriminal.garanhuns@gmail.com.

2.2. Os documentos deverão ser encaminhados **EXCLUSIVAMENTE** para o e-mail edital.juizadocriminal.garanhuns@gmail.com, com o seguinte título: "CADASTRO - EDITAL N. 01/2024. ENTIDADE: (RAZÃO SOCIAL)".

2.3. Os documentos DEVERÃO ser encaminhados em PDF, anexados em apenas um ÚNICO e-mail. Portanto, oportuno frisar que não serão apreciados os documentos dispostos em nuvens (links). Deve-se ressaltar que qualquer e-mail posterior, enviado pela mesma entidade, ainda na fase de cadastramento, será DESCONSIDERADO pela Comissão Julgadora, haja vista o enquadramento do instituto da preclusão, salvo nas situações em que o edital dispuser de modo diverso. Por razões de organização e para agilizar o processo de análise, é FUNDAMENTAL que os documentos sigam a ordem constante no item 2.1 deste Edital (alíneas "A" a "K"). A entidade poderá digitalizar todos os documentos em apenas um anexo ou fragmentar os anexos, desde que reúna tudo em apenas um e-mail. Caso a entidade opte por encaminhar vários anexos, deverá intitular os arquivos de acordo com o tipo de documento, por exemplo: "Anexo A - fotocópia do estatuto social".

2.4. O prazo para as entidades se cadastrarem será do dia 02/01/2024 ao dia 31/01/2024. As entidades que encaminharem os requerimentos de cadastro após o dia 31/01/2024 serão automaticamente DESCLASSIFICADAS.

2.5 Após a apresentação dos documentos, NÃO será concedido prazo adicional para encaminhamento de aditivo, enquadrando-se, portanto, o instituto da preclusão.

2.6. Deve-se ressaltar que caberá à Secretaria do Juizado Especial Criminal acusar o recebimento dos requerimentos de cadastro, via e-mail, fato este que não implicará em qualquer análise antecipada, de natureza meritória e/ou administrativa, do conteúdo anexado, cabendo, portanto, à Comissão Julgadora analisar os requerimentos à luz do cronograma deste Edital.

2.7. Serão elegíveis as entidades e instituições privadas que possuam finalidade social e que consigam comprovar a atuação nos Municípios de Garanhuns/ PE e de Brejão/PE.

3. DO PROJETO:

3.1. O projeto deverá conter as seguintes informações:

- a) identificação do projeto a ser executado;
- b) atividades ou etapas de execução;
- c) resultados pretendidos;
- d) indicadores de desempenho do projeto e metas a serem atingidas, bem como a data final para a sua efetiva execução ou implementação;
- e) beneficiários do projeto;
- f) custos da implementação do Projeto;
- g) custos da manutenção do Projeto;
- h) cronograma de desembolso;
- i) indicação dos dados bancários do beneficiário, número de conta corrente, agência e banco, para a pretensão do crédito.

§1º A inexatidão ou ausência de informação referente aos dados enumerados no item acima e no item 2.1 terá de ser justificada pelo proponente e, excepcionalmente, poderá, em decisão fundamentada, ser dispensada ou considerada suprida pela Comissão Julgadora.

3.2. O projeto deve ser acompanhado de 03 (três) orçamentos, que serão apreciados a mero título ilustrativo, referentes ao mesmo objeto de aquisição, e que sejam originais, legíveis, contendo o nome de um responsável devidamente identificado.

3.3. Após a apresentação do projeto, NÃO será concedido prazo adicional para encaminhamento de aditivo, enquadrando-se, portanto, o instituto da preclusão.

3.4. O projeto deverá ser iniciado e concluído em 2024.

4. DA SELEÇÃO:

4.1. Os projetos serão avaliados em 02 (duas) etapas: análise administrativa e análise do projeto, ambas de caráter eliminatório.

4.2. A análise administrativa consistirá na verificação da documentação, no item 2.1 deste Edital. A documentação será analisada em relação à legislação e ao presente Edital, nos dias 01/02/2024 a 23/02/2024, e será realizada pela Comissão Julgadora do Juizado Especial Criminal de Garanhuns/ PE.

4.3. A análise do projeto também será realizada entre os dias 01/02/2024 a 23/02/2024, consistindo na avaliação dos seguintes critérios:

- a) oportunidade para o voluntariado: mantém, por maior tempo, um número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;
- b) atua diretamente na execução penal: assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade;
- c) relevância social: apresenta diagnóstico social que justifique sua atuação e o grau de importância dessa atuação;
- d) viabilidade: apresenta projeto com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas. Ainda, se dispõe de equipe técnica, capacidade operacional e institucional viáveis, em relação ao objetivo proposto, contando com outros recursos financeiros próprios ou de parceiros;
- e) abrangência: quantitativo de beneficiários;
- f) potencial de continuidade: desenvolve alternativas para a manutenção/continuidade do projeto;
- g) avaliação de processos e resultados: apresentar indicadores a respeito da atividade desenvolvida e do projeto proposto.

4.4. Os projetos serão avaliados pela Comissão Julgadora, composta pela Juíza de Direito e 02 (dois) servidores do Juizado Especial Criminal de Garanhuns/PE e por membro do Ministério Público Estadual em exercício na referida Unidade Judiciária, em posterior análise.

4.5. Para ser aceito, o projeto deverá ser aprovado na avaliação dos critérios do item 4.3.

4.6. Os componentes da comissão de avaliação do projeto poderão, a seu critério, fazer visitas às entidades, a fim de colher informações necessárias ao julgamento.

4.7. Não são passíveis de seleção projetos apresentados por:

- a) proponentes que não desfrutem de idoneidade fiscal e creditícia;
- b) proponentes que estejam inadimplentes junto à Administração Pública;
- c) organizações sindicais;
- d) partidos políticos.
- e) proponentes que recebam subsídio do Poder Público ou que sejam órgãos públicos.

5. DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO:

5.1. Serão cadastradas e estarão habilitadas as instituições que apresentarem toda a documentação constante no item 2.1 e forem aprovadas no projeto, conforme critérios de seleção (item 4).

5.2. O resultado final será afixado no átrio do Juizado Especial Criminal de Garanhuns, bem como será enviado o extrato do resultado via e-mail para todas as entidades que tiverem apresentado o requerimento e será publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de Pernambuco, disponível por meio do sítio: www.tjpe.jus.br, a partir do dia 27/02/2024.

5.3. Preenchidos os requisitos e as finalidades previstas em lei, a unidade gestora poderá homologar o projeto submetido.

5.4. Com a divulgação do resultado do julgamento, via DJ-e, caso alguma entidade apresente algum inconformismo em relação à deliberação final, fica, desde já, consignado o prazo de 05 (cinco) dias corridos para apresentar, via e-mail, pedido de reconsideração. Deve-se registrar que, no pedido acima, não serão admitidos eventuais documentos/fatos novos que deveriam ter sido apresentados juntamente com o projeto, no momento do cadastramento. O pedido de reconsideração tem a finalidade exclusiva de requerer a reforma da decisão por falha da Comissão Julgadora, devendo, portanto, ser devidamente fundamentado à luz do presente Edital e do Provimento nº 06/2013 da CGJ/TJPE.

5.5. A Comissão Julgadora terá o prazo de 10 dias para apreciar eventuais pedidos de reconsideração, podendo o lapso temporal acima ser prorrogado.

6. DO REPASSE DOS VALORES:

6.1. O valor arrecadado será distribuído de forma equânime, de acordo com o número de entidades cadastradas, sendo vedada a destinação de todo o recurso arrecadado a uma única entidade.

6.2. O repasse do numerário deverá ser feito, exclusivamente, mediante expedição de alvará, de forma parcelada, à medida que o projeto for sendo desenvolvido e as contas forem sendo prestadas pela entidade beneficiária, de modo que o recebimento do alvará seguinte ficará condicionado à aprovação integral da prestação do alvará anterior.

6.3. Caberá à Secretaria do Juizado Especial Criminal de Garanhuns/PE realizar levantamento semestral dos valores depositados nas contas judiciais e, assim, promover a distribuição equânime que trata o item 6.1, devendo criar pasta eletrônica própria para promover o arquivamento de toda documentação comprobatória de tal mister.

7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

7.1. Após a liberação do valor pela unidade gestora, a entidade beneficiária terá o prazo de 30 (trinta) dias, para prestar contas, EXCLUSIVAMENTE através do e-mail edital.juizadocriminal.garanhuns@gmail.com, sob pena de desclassificação, bem como de responsabilidade civil e penal, em caso de desvio.

Parágrafo único: Eventual documentação apresentada fisicamente NÃO será apreciada.

7.2. A prestação de contas DEVERÁ ser a mais completa possível, com a apresentação de balanços, notas fiscais eletrônicas à luz da legislação vigente, fotografias e outras provas que se justifiquem pela natureza do projeto. Atenção: é imprescindível que a entidade acoste cópia do extrato bancário, demonstrando a data em que o valor encaminhado por este Juízo foi efetivamente transferido/depositado na conta da entidade. Caso o projeto englobe mão-de-obra, o ISS deverá ser recolhido junto à Prefeitura e, posteriormente, a entidade deverá apresentar a competente nota fiscal eletrônica.

7.3. As prestações de contas apresentadas em desacordo com as determinações do presente Edital serão **rejeitadas**, ao tempo em que a Comissão Julgadora avaliará o possível enquadramento das seguintes penalidades: desclassificação da entidade, devolução da quantia pecuniária recebida e demais medidas cabíveis.

7.4. Caso seja detectada alguma irregularidade na prestação de contas, a entidade poderá ser notificada para apresentar eventual esclarecimento, via e-mail.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1. O Juizado Especial Criminal de Garanhuns/PE, entendido como unidade gestora, é o responsável pela administração da conta judicial aberta junto à instituição bancária, exclusiva para o fim de depósito da prestação pecuniária.

8.2. O recolhimento dos valores de prestação pecuniária, pagos em conta judicial vinculada à unidade gestora, terá movimentação apenas por meio de alvará judicial.

8.3. É vedado o recolhimento de qualquer valor em Secretaria ou pagamento direto às entidades.

8.4. A inexatidão das afirmativas ou irregularidades em documentos, ainda que verificadas posteriormente, **eliminará** a entidade da seleção, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

8.5. O cadastramento das instituições não obriga a unidade gestora a firmar termo de convênio.

8.6. Toda documentação (prestações de contas, pleitos, justificativas etc) deverá ser necessariamente enviada para o e-mail da Unidade Judiciária, qual seja: edital.juizadocriminal.garanhuns@gmail.com, durante a vigência deste Edital, constando-se no título do e-mail a referência ao Edital n. 01/2024, o nome da entidade e o assunto, **sob pena de não ser apreciada**. Urge salientar que, por razões de segurança, o representante da instituição **deverá** utilizar o e-mail oficial da entidade para se comunicar, que, por consequência, deverá ser O MESMO apresentado no momento da realização do cadastro;

8.7. Todas as comunicações e solicitações, provenientes da Comissão Julgadora, durante a vigência deste Edital, serão efetuadas **EXCLUSIVAMENTE** mediante e-mail (edital.juizadocriminal.garanhuns@gmail.com), devendo-se observar o seguinte:

a) Com a leitura do e-mail, os representantes das entidades deverão imediatamente acusar recebimento;

b) É obrigatória a consulta regular à caixa de e-mail, bem como, por cautela, à lixeira eletrônica e à caixa de spam, com o intuito de verificar eventual comunicação/pleito da Comissão Julgadora;

c) Caso o representante legal da entidade **não** acuse recebimento nas 72 (setenta e duas) horas posteriores ao encaminhamento, a mensagem **automaticamente** será considerada como lida e eventual prazo consignado no texto do e-mail começará a fluir.

8.8. A inscrição da entidade implicará ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

8.9. Os casos omissos, ou seja, aqueles que porventura não foram contemplados neste Edital, serão resolvidos por meio das disposições expressas nas Resoluções números 101/2009 e 154/2012, ambas, do Conselho Nacional de Justiça e do Provimento nº 06/2013, da Corregedoria Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Este Edital terá validade até o dia 20/12/2024.

E para que chegue o conhecimento de todos, mandei publicar o presente Edital no Diário da Justiça Eletrônico e afixá-lo no átrio deste Juizado Especial Criminal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Garanhuns, Estado de Pernambuco, aos 22 de dezembro de 2023. Eu, _____, Rodrigo Rougllas Eloi Gomes, Assessor de Magistrada – Analista Judiciário, Matrícula n. 186.265-0, digitei e subscrevo.

CRONOGRAMA:

Prazo para cadastro das instituições: 02/01/2024 a 31/01/2024

Avaliação administrativa e do projeto: 01/02/2024 a 23/02/2024

Previsão da publicação do resultado: 27/02/2024

Previsão da homologação das avaliações: 06/03/2024

Previsão para início do repasse: junho de 2024

Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas
Juíza de Direito

COMARCA DE GARANHUNS/PE
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE GARANHUNS/PE

A Excelentíssima Dra. Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas, Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal de Garanhuns, Estado de Pernambuco, em virtude da lei, etc...

CONSIDERANDO que, à luz do disposto no Provimento n. 06/2013 da CGJ/TJPE, aliado às Resoluções nº 101/2009 e nº 154/2012, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e ao Edital nº 01/2024 – JECrim/Garanhuns, as entidades **01) ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO; 02) ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES UNIDAS DE GARANHUNS (AMUG); 03) ASSOCIAÇÃO SEMEANDO A PALAVRA; 04) CENTRO ESPÍRITA DEUS, AMOR E CARIDADE; 05) CRECHE SANTA TEREZINHA; 06) DESAFIO JOVEM TRINDADE; 07) FAZENDA DA ESPERANÇA SANTA ROSA; 08) HOSPITAL INFANTIL PALMIRA SALES; 09) IGREJA EPISCOPAL CARISMÁTICA DO BRASIL, PARÓQUIA MONTE SINAI; 10) LAR DA CRIANÇA SANTA MARIA; 11) MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE GARANHUNS e 12) SEARA ESPÍRITA CHICO XAVIER** encaminharam os requerimentos de cadastramento para o e-mail consignado no Edital;

CONSIDERANDO que, após a análise administrativa e meritória (projeto), a Comissão Julgadora constatou que as entidades **01) ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO; 02) ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES UNIDAS DE GARANHUNS (AMUG); 03) ASSOCIAÇÃO SEMEANDO A PALAVRA (com RESSALVA); 04) CENTRO ESPÍRITA DEUS, AMOR E CARIDADE; 05) DESAFIO JOVEM TRINDADE; 06) FAZENDA DA ESPERANÇA SANTA ROSA; 07) MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE GARANHUNS e 08) SEARA ESPÍRITA CHICO XAVIER** atenderam aos requisitos expressos nos itens 2 e 3 do Edital nº 01/2024 – JECrim/Garanhuns;

CONSIDERANDO que as entidades **CRECHE SANTA TEREZINHA; HOSPITAL INFANTIL PALMIRA SALES; IGREJA EPISCOPAL CARISMÁTICA DO BRASIL, PARÓQUIA MONTE SINAI e LAR DA CRIANÇA SANTA MARIA** apresentaram lapsos/omissões insanáveis e foram desclassificadas, conforme se depreende do resultado publicado no DJe do dia 14/03/2024 (Edição nº 48/2024);

CONSIDERANDO que as entidades **HOSPITAL INFANTIL PALMIRA SALES e IGREJA EPISCOPAL CARISMÁTICA DO BRASIL, PARÓQUIA MONTE SINAI** apresentaram pedidos de reconsideração e tiveram os pleitos indeferidos pela Comissão Julgadora;

HOMOLOGA o supramencionado resultado, **DEFERINDO**, assim, as inscrições das instituições a seguir: **01) ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO; 02) ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES UNIDAS DE GARANHUNS (AMUG); 03) ASSOCIAÇÃO SEMEANDO A PALAVRA (com RESSALVA); 04) CENTRO ESPÍRITA DEUS, AMOR E CARIDADE; 05) DESAFIO JOVEM TRINDADE; 06) FAZENDA DA**

ESPERANÇA SANTA ROSA; 07) MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE GARANHUNS e 08) SEARA ESPÍRITA CHICO XAVIER bem como **INDEFERINDO** as inscrições das entidades: **CRECHE SANTA TEREZINHA; HOSPITAL INFANTIL PALMIRA SALES; IGREJA EPISCOPAL CARISMÁTICA DO BRASIL, PARÓQUIA MONTE SINAI e LAR DA CRIANÇA SANTA MARIA.** Cumpre registrar, derradeiramente, que para que chegue ao conhecimento de todos, mandei publicar a presente homologação no Diário da Justiça Eletrônico e afixá-la no átrio deste Juizado Especial Criminal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Garanhuns, Estado de Pernambuco, aos 08 de abril de 2024. Eu, _____, Rodrigo Rougllas Eloi Gomes, Analista Judiciário, Matrícula n. 186.265-0, Assessor de Magistrada e membro da Comissão Julgadora, digitei e subscrevo.

(REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO NA EDIÇÃO ANTERIOR DO DIÁRIO).

Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas
Juíza de Direito

COMARCA DE GARANHUNS/PE
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE GARANHUNS/PE

A Excelentíssima Dra. Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas, Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal de Garanhuns, Estado de Pernambuco, em virtude da lei etc...

CONSIDERANDO que, à luz do disposto no Edital nº 01/2024 – JECrim de Garanhuns, as entidades **01) ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO; 02) ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES UNIDAS DE GARANHUNS (AMUG); 03) ASSOCIAÇÃO SEMEANDO A PALAVRA; 04) CENTRO ESPÍRITA DEUS, AMOR E CARIDADE; 05) DESAFIO JOVEM TRINDADE; 06) FAZENDA DA ESPERANÇA SANTA ROSA; 07) MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE GARANHUNS e 08) SEARA ESPÍRITA CHICO XAVIER**, cadastradas nesta Unidade Judiciária, realizaram as prestações de contas.

CONSIDERANDO a inexistência de irregularidades nas prestações de contas apresentadas.

HOMOLOGAMOS as prestações de contas apresentadas pelas entidades **01) ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO; 02) ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES UNIDAS DE GARANHUNS (AMUG); 03) ASSOCIAÇÃO SEMEANDO A PALAVRA; 04) CENTRO ESPÍRITA DEUS, AMOR E CARIDADE; 05) DESAFIO JOVEM TRINDADE; 06) FAZENDA DA ESPERANÇA SANTA ROSA; 07) MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE GARANHUNS e 08) SEARA ESPÍRITA CHICO XAVIER**, ao tempo em que consignamos que todas as atividades inerentes ao Edital nº 01/2024 – JECrim/Garanhuns estão encerradas.

Para que chegue ao conhecimento de todos, mandamos publicar a presente homologação no átrio deste Juizado Especial Criminal e no DJe. Ciência ao MP. Ciência às entidades, via e-mail.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Garanhuns, Estado de Pernambuco, aos 11 de março de 2025. Eu, _____, Rodrigo Rougllas Eloi Gomes, Analista Judiciário, Matrícula n. 186.265-0, membro da Comissão Julgadora, digitei e subscrevo.

Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas
Juíza de Direito